



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2021
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021

DECISÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por ANCOE ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI – ME, ora recorrente, em relação ao resultado do julgamento de habilitação do Processo Licitatório nº 113/2021, Tomada de Preços nº 011/2021, por meio do qual foi declarada a Habilitação das licitantes ANCOE ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI – ME, SÊNIOR ENGENHARIA LTDA. – EPP, MARKA ARQUITETURA ENGENHARIA LTDA. – EPP, NEXXUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. – ME e CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP, e a Inabilitação das licitantes MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI – ME e DOMÍNIO ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. – ME, conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 18/08/2021.

O inconformismo da recorrente refere-se à decisão de Habilitação das empresas CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP e SÊNIOR ENGENHARIA LTDA. – EPP, sob alegação de que tais licitantes descumpriram o requisito de habilitação previsto no item 7.3.4, e no disposto no Anexo XI do Edital (Qualificação Econômico-financeira).

Alega que "(...) A empresa CVCTEC apresentou apenas o DEFIS, por ser optante do simples Nacional sendo que o edital no item 7.3.4.1, anexo XI, item B) define como obrigatório a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados Financeiros, e até mesmo para as empresa ME conforme o Anexo XI no item C) devem apresentar o Balanço e as Demonstrações financeira sendo dispensada apenas Termo de abertura e Fechamento (Junta Comercial), a serem assinadas pelo Contador". (sic)

Noutro passo, argumenta que "Ainda no anexo XI, a empresa Sênior engenharia ltda, constituída na data de 29/04/2021, apresentou Balanço de Abertura, o texto é enfático ao considerar os índices de solidez, uma vez que a empresa ainda não obteve 01 ano de exercício contábil, e conseqüentemente não apresentou os resultados Financeiros, conforme prevê o Edital, e em nenhuma situação é demonstrada a admissibilidade do Balanço de abertura, mas sim análises criteriosas da capacidade da empresa através das demonstrações de seus respectivos índices, conforme destaque em edital:". (sic)

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a Inabilitação das empresas CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP e SÊNIOR ENGENHARIA LTDA (EPP), haja vista o não atendimento integral aos requisitos de habilitação constantes do Edital.

Comunicadas acerca da interposição do recurso, via e-mail, em 30/08/2021, 09:14h (segunda-feira), o prazo para contrarrazões – 05 (cinco) dias úteis – iniciou-se em 31/08/2021 (terça-feira), vindo a findar-se em 08/09/2021 (quarta-feira), considerando que os dias 06/09/2021 (ponto facultativo, conforme Decreto Municipal nº 172/2021) e 07/09/2021 (Feriado do Dia da Independência do Brasil) não foram úteis.

A licitante CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP protocolizou petição de contrarrazões, via postal, com recebimento na data de 08/09/2021, 16:53h, combatendo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso; decorreu o prazo sem manifestação por parte das demais licitantes.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

De acordo com o que se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 18/08/2021 (quarta-feira), com a divulgação do resultado da fase de habilitação no site do Município na data supracitada, e publicações no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação na data de 20/08/2021 (sexta-feira), sendo esta a data considerada para fins de intimação, considerando o disposto no §1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e que no ato em que foi adotada a decisão não se encontravam presentes representantes de todas as licitantes.

Por consequência, o prazo recursal – 05 (cinco) dias úteis, nos termos do subitem 13.2 do Edital e art. 109, inciso I, alínea 'a', da Lei nº 8.666/93 – iniciou-se no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 23/08/2021 (segunda-feira), vindo a findar-se em 27/08/2021 (sexta-feira).

O recurso em apreço foi protocolizado pela via posta, com recebimento na data de 24/08/2021, 12:57h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

III.1. Da Habilitação da licitante CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP

Analisando detidamente as razões recursais, nota-se que a Recorrente se irresigna em relação à habilitação da recorrida CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP, argumentando que “A empresa CVCTEC apresentou apenas o DEFIS, por ser optante do simples Nacional sendo que o edital no item 7.3.4.1, anexo XI, item B) define como obrigatório a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados Financeiros, e até mesmo para as empresa ME conforme o Anexo XI no item C) devem apresentar o Balanço e as Demonstrações financeira sendo dispensada apenas Termo de abertura e Fechamento (Junta Comercial), a serem assinadas pelo Contador”. (sic)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, inciso XXI, da CRFB/88).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

Em análise do instrumento convocatório, observa-se ter sido solicitado, dentre as exigências de qualificação econômico-financeira a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, nos moldes previstos no item 7.6.1, *in verbis*:

"7.3.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei nº. 8.666/93.

(...)

a) *Comprovação de possuir índice de Liquidez igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:*

$$IL = AC/PC \quad \text{ou} \quad IL = AR/ECP,$$

Onde:

IL : Índice de Liquidez; **AR :** Ativo Realizável;
AC: Ativo Circulante; **ECP:** Exigível a Curto Prazo;
PC: Passivo Circulante;

b) *Comprovação de possuir índice de Endividamento igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:*

$$IE = (PC + E.L.P) / AT$$

Onde:

IE: Índice de Endividamento; **ELP:** Exigível a Longo Prazo;
PC: Passivo Circulante;
AT: Ativo Total;"

Conforme se depreende, a sistemática adotada no instrumento convocatório consiste em exigir a apresentação da documentação contábil para fins de comprovação dos índices Liquidez e Endividamento, segundo as fórmulas ali descritas.

Reexaminando a documentação de qualificação econômico-financeira da Recorrida, verifica-se ter sido apresentado pela CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP: **a)** balanço patrimonial (fls. 736/741) referente ao último exercício social (Exercício 2020); **b)** Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) – Declaração retificadora (fls. 742/744), referente ao último exercício social (Exercício 2020); **c)** Demonstração de Resultado do Exercício (fls. 745/748); **d)** "Apuração Contábil – Financeira do Índice de Liquidez" (fl. 749); **e)** Demonstrações Contábeis (fls. 750/754); **f)** Notas explicativas as demonstrações financeiras (fls. 755/759); **g)** Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (fl. 760); **h)** Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) – Recibo de Entrega (fl. 761); **i)** Relatório "Situação do Arquivo da Escrituração" SPED (fl. 762); e **j)** Termos de Abertura e Encerramento SPED Contábil (fl. 763), tudo em conformidade com o disposto no item 7.3.4 e no Anexo XI, do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

Ademais, possível extrair da documentação contábil apresentada pela CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP todas as informações necessárias para aferir a comprovação de atendimento aos índices contábeis previstos no instrumento convocatório.

Conforme registrado na ata da sessão pública, os documentos de qualificação econômico-financeira foram analisados pela Comissão Permanente de Licitação, tendo sido constatado que a Recorrida CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP possui Índice de Liquidez igual **3,7267** e Índice de Endividamento igual a **0,5047** – ou seja, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, que previa grau de liquidez igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) e de endividamento igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) –, nos moldes do quadro de cálculo anexado ao processo (*vide* fl. 785), devidamente ratificado pela Representante da Secretaria Municipal de Fazenda, Sra. Terezinha da Conceição Martins e Silva Durans, CRC-MG 23018/7.

Logo, considerando que as exigências de qualificação econômico-financeira, por força de norma constitucional expressa, devem ser as mínimas necessárias para garantir do cumprimento das obrigações, e que constou, do acervo documental apresentado, todas as documentações/informações necessárias à verificação dos requisitos contábeis discriminados no instrumento convocatório, reputa-se não ser o caso de Inabilitação da concorrente.

III.2. Da Habilitação da licitante SÊNIOR ENGENHARIA LTDA. – EPP

No que concerne à SÊNIOR ENGENHARIA LTDA. – EPP, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento da exigência de habilitação prevista no item 7.3.4.1, do Edital, pela Recorrida.

Dispõe o instrumento convocatório, em relação ao requisito cujo atendimento é questionado:

“7.3.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei nº. 8.666/93.

(...)

a) Comprovação de possuir índice de Liquidez igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:

$$IL = AC/PC \quad \text{ou} \quad IL = AR/ECP,$$

Onde:

IL : Índice de Liquidez;

AC: Ativo Circulante;

AR : Ativo Realizável;

ECP: Exigível a Curto Prazo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

PC: Passivo Circulante;

b) Comprovação de possuir índice de Endividamento igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:

$$IE = (PC + E.L.P) / AT$$

Onde:

IE: Índice de Endividamento; ELP: Exigível a Longo Prazo;

PC: Passivo Circulante;

AT: Ativo Total;" (grifo nosso)

Incialmente, importante registrar que o instrumento convocatório do presente certame exigiu que a idoneidade financeira das licitantes deveria ser demonstrada, dentre outros documentos, por meio de *"Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei nº. 8.666/93."*

Em análise da documentação de qualificação econômico-financeira da Recorrida, verifica-se ter sido apresentado pela empresa SÊNIOR ENGENHARIA LTDA (EPP), para atendimento ao disposto no item 7.3.4.1, *caput*, do Edital, balanço patrimonial referente ao termo final de 22/06/2021.

Conforme se depreende das informações constantes do *"Contrato Social – Segunda Alteração"* anexado aos autos, a empresa SÊNIOR ENGENHARIA LTDA (EPP) foi constituída há menos de 01 (um) ano, mediante o registro do Contrato de Constituição na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG em 29/04/2021 sob o número 31212242381 (*vide* Cláusula Segunda – Das Alterações). Por conseguinte, nota-se que o documento apresentado para participação no processo licitatório foi o balanço de abertura da sociedade empresária.

De acordo com o entendimento jurisprudencial, destacando-se o decidido pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ no julgamento do REsp 1381152/RJ, a exigência de qualificação econômico-financeira em tela não pode ser interpretada como exigência de atuação há mais de um ano, criando-se mais um requisito de habilitação. Assim, o entendimento prevalecente é no sentido de propiciar que a demonstração da idoneidade financeira das licitantes seja feita por outro meio, inclusive, mediante exibição do balanço de abertura.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE EMERGÊNCIA. AEROPORTO. CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. SOCIEDADE CONSTITUÍDA HÁ MENOS DE 1 (UM) ANO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

PRESCINDIBILIDADE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS REFERENTES AO ÚLTIMO EXERCÍCIO FINANCEIRO. AFERIÇÃO POR MEIO DE OUTROS DOCUMENTOS.

POSSIBILIDADE. CAPACIDADE TÉCNICA. CERTIFICADOS EM NOME DA EQUIPE TÉCNICA. ATENDIMENTO AO EDITAL.

1. Tratando-se de sociedade constituída há menos de um ano e não havendo qualquer exigência legal a respeito do tempo mínimo de constituição da pessoa jurídica para participar da concorrência pública, não se concebe condicionar a comprovação da idoneidade financeira à apresentação dos demonstrativos contábeis do último exercício financeiro, sendo possível demonstrá-la por outros documentos, a exemplo da exibição do balanço de abertura.

2. Na instância extraordinária, é vedado reexaminar os documentos considerados pela Corte de origem quando concluiu pela efetiva demonstração da capacidade financeira da sociedade licitante.

Incidência do óbice constante da Súmula 7/STJ.

3. É possível a apresentação dos atestados de capacidade técnica em nome da equipe de profissionais integrante da sociedade médica participante do processo licitatório, quando essa faculdade está expressamente autorizada no edital do certame público.

4. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

(REsp 1381152/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 01/07/2015) (destacamos)

Alinha-se à jurisprudência a orientação preconizada pelo doutrinador MARÇAL JUSTEN FILHO, extraída da obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed. Editora Dialética, ao analisar a exigência da qualificação econômico-financeira:

“3.2) A questão das sociedades recentemente constituídas

(...)

É que a exigência de demonstrações financeiras do exercício anterior não pode ser interpretada como exigência de atuação há mais de um ano. Se tivesse tal significação, estaria sendo introduzido mais um requisito de habilitação, no âmbito temporal. A lei não disciplina prazos mínimos de existência de uma sociedade para ser contratada pelo Estado. Logo, empresas recém-constituídas, se preencherem os demais requisitos de habilitação (inclusive e especialmente os de natureza técnica), não podem ser excluídas através de aplicação extensiva de requisitos relacionados com a capacitação econômico-financeira.

(...)

Por isso, as sociedades constituídas no curso do próprio exercício podem participar da licitação, mediante exibição do balanço de abertura.

(...)” (destacamos)

No caso concreto, o instrumento convocatório da licitação contempla disposições relativas à apresentação e características exigidas no tocante ao balanço patrimonial (vide Anexo XI do Edital). Não obstante, a partir do momento em que inexiste no Edital qualquer exigência no sentido de que a empresa licitante deveria comprovar que está em funcionamento há mais de 01 (um) ano, não há dúvidas de que a prova da situação econômico-financeira deve ser, naquilo que couber, observadas as particularidades da licitação, compatibilizada em relação às sociedades empresárias constituídas há menos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

de um ano, em consonância com o princípio da razoabilidade e, em última instância, como fomento ao caráter competitivo do certame.

De mais a mais, conforme registrado na ata da sessão pública, os documentos de qualificação econômico-financeira foram analisados pela Comissão Permanente de Licitação, tendo sido constatado que a Recorrida SÊNIOR ENGENHARIA LTDA (EPP) possui Índice de Liquidez igual 1,0 e Índice de Endividamento igual a 0,0 – ou seja, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, que previa grau de liquidez igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) e de endividamento igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) –, nos moldes do quadro de cálculo anexado ao processo (*vide* fl. 790), devidamente ratificado pela Representante da Secretaria Municipal de Fazenda, Sra. Terezinha da Conceição Martins e Silva Durans, CRC-MG 23018/7.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a Habilitação da Recorrida/SÊNIOR ENGENHARIA LTDA (EPP).


IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto por ANCOE ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI – ME e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão que declarou a habilitação das Recorridas.
- b) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

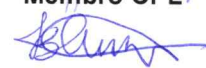
Conselheiro Lafaiete/MG, 14 de setembro de 2021.


Alisson Dias Laureano
Presidente da CPL


Ana Flávia de Oliveira Pereira
Membro CPL


Isabella Gomes de Vargas e Lima
Membro CPL


João Victor do Carmo Assis Ferreira
Membro CPL (Suplente)


Jussara Beatriz da Cunha
Membro CPL (Suplente)